



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **RECURSO N.º 237, DE 2009**

**(Do Sr. Paulo Henrique Lustosa e outros)**

Recorre contra a apreciação conclusiva do ato que outorga permissão ao Sistema Beija Flor de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Milhã, Estado do Ceará (TVR nº 816, de 2008), nos termos do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.107 de 2008.

**DESPACHO:**  
PUBLIQUE-SE. SUBMETA-SE AO PLENÁRIO.

**PUBLICAÇÃO INICIAL**  
Art. 137, caput - RICD

Senhor Presidente:

Com fundamento nos arts. 58, § 1º, e 132, § 2º, do Regimento Interno, os Deputados abaixo assinados recorrem ao Plenário contra a apreciação do ato do Poder Executivo que outorga permissão ao Sistema Beija Flor de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Milhã, Estado do Ceará (TVR nº 816, de 2008), devido à existência de várias denúncias junto à Procuradoria Geral da República que apontam irregularidade na instituição responsável pela rádio.

Sala das Sessões, em 04 de fevereiro de 2009.

**PAULO HENRIQUE LUSTOSA**

**Deputado Federal**

**PMDB/CE**

**Proposição:** REC 0237/09

**Autor:** PAULO HENRIQUE LUSTOSA E OUTROS

**Data de Apresentação:** 05/02/2009 3:00:00 PM

**Ementa:** Recorre contra a apreciação conclusiva do ato que outorga permissão ao Sistema Beija Flor de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Milhã, Estado do Ceará (TVR nº 816, de 2008), nos termos do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.107, de 2008.

**Possui Assinaturas Suficientes:** SIM

**Total de Assinaturas:**

Confirmadas: 053

Não Conferem: 003

Fora do Exercício: 000

Repetidas: 000

Ilegíveis: 000

Retiradas: 000

Total: 056

**Assinaturas Confirmadas**

1-FÉLIX MENDONÇA (DEM-BA)

2-PEDRO HENRY (PP-MT)  
3-LEONARDO VILELA (PSDB-GO)  
4-WALDIR MARANHÃO (PP-MA)  
5-FRANCISCO RODRIGUES (DEM-RR)  
6-AFONSO HAMM (PP-RS)  
7-WILLIAM WOO (PSDB-SP)  
8-ZONTA (PP-SC)  
9-BRUNO RODRIGUES (PSDB-PE)  
10-ANTONIO BULHÕES (PMDB-SP)  
11-MARCELO MELO (PMDB-GO)  
12-HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR)  
13-ILDERLEI CORDEIRO (PPS-AC)  
14-TAKAYAMA (PSC-PR)  
15-ARACELY DE PAULA (PR-MG)  
16-REGIS DE OLIVEIRA (PSC-SP)  
17-MOREIRA MENDES (PPS-RO)  
18-LUIZ ALBERTO (PT-BA)  
19-MAURO NAZIF (PSB-RO)  
20-ALEXANDRE SANTOS (PMDB-RJ)  
21-EDUARDO DA FONTE (PP-PE)  
22-GERALDO PUDIM (PMDB-RJ)  
23-RÔMULO GOUVEIA (PSDB-PB)  
24-JOSÉ FERNANDO APARECIDO DE OLIVEIRA (PV-MG)  
25-LOBBE NETO (PSDB-SP)  
26-LUIZ SÉRGIO (PT-RJ)  
27-LEONARDO MONTEIRO (PT-MG)  
28-RATINHO JUNIOR (PSC-PR)  
29-BENEDITO DE LIRA (PP-AL)  
30-CARLOS BRANDÃO (PSDB-MA)  
31-CLEBER VERDE (PRB-MA)  
32-JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM-BA)  
33-JORGE KHOURY (DEM-BA)  
34-LINCOLN PORTELA (PR-MG)  
35-DUARTE NOGUEIRA (PSDB-SP)  
36-PEDRO CHAVES (PMDB-GO)  
37-LELO COIMBRA (PMDB-ES)  
38-WALTER IHOSHI (DEM-SP)  
39-COLBERT MARTINS (PMDB-BA)  
40-OSVALDO REIS (PMDB-TO)  
41-LEANDRO VILELA (PMDB-GO)  
42-CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB-GO)  
43-MARCELO CASTRO (PMDB-PI)  
44-ELIENE LIMA (PP-MT)  
45-EDINHO BEZ (PMDB-SC)  
46-GASTÃO VIEIRA (PMDB-MA)  
47-ARNON BEZERRA (PTB-CE)  
48-DAVI ALVES SILVA JÚNIOR (PDT-MA)

49-DR. ADILSON SOARES (PR-RJ)  
50-HOMERO PEREIRA (PR-MT)  
51-MARCELO ORTIZ (PV-SP)  
52-PEDRO NOVAIS (PMDB-MA)  
53-EFRAIM FILHO (DEM-PB)

**Assinaturas que Não Conferem**

1-CIRO NOGUEIRA (PP-PI)  
2-DAMIÃO FELICIANO (PDT-PB)  
3-FÁBIO RAMALHO (PV-MG)

## **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º 1.107-A, DE 2008**

**(Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática)**

**TVR 816/2008  
MSC 384/2008**

Aprova o ato que outorga permissão à Sistema Beija Flor de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Milhã, Estado do Ceará; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: DEP. LEO ALCÂNTARA).

**DESPACHO:**

À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA  
(ART. 54, RICD)

**APRECIÇÃO:**

Proposição sujeita à apreciação Conclusiva (Parecer 09/90 - CCJR)

### **S U M Á R I O**

I – Projeto inicial

II – Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania:

- parecer do relator
- parecer da Comissão

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º É aprovado o ato constante da Portaria nº 546, de 13 de setembro de 2006, que outorga permissão à Sistema Beija Flor de Radiodifusão Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Milhã, Estado do Ceará.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 07 de novembro de 2008.

Deputado RATINHO JUNIOR  
Presidente em exercício

**TVR Nº 816, DE 2008  
(MENSAGEM Nº 384, DE 2008)**

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 546, de 13 de setembro de 2006, que outorga permissão à Sistema Beija Flor de Radiodifusão Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Milhã, Estado do Ceará.

**COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA**

**I – RELATÓRIO**

De conformidade com o art. 49, inciso XII, combinado com o § 1º do art. 223, da Constituição Federal, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração do Congresso Nacional, acompanhado da Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato que outorga permissão à Sistema Beija Flor de Radiodifusão Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada.

Atendendo ao disposto no § 3º do art. 223 da Constituição, a matéria foi enviada ao Poder Legislativo para a devida apreciação, uma vez que o ato somente produzirá efeitos após a deliberação do Congresso Nacional.

Cumpre-nos, portanto, opinar sobre os aspectos técnicos e formais da matéria submetida ao exame desta Comissão, nos termos do inciso III, alínea "h", do art. 32 do Regimento Interno.

## **II - VOTO DA RELATORA**

A outorga do Poder Público para a execução de serviço de radiodifusão é regulada pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação do Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996. No processo em questão, a Sistema Beija Flor de Radiodifusão Ltda. atendeu aos requisitos da legislação específica e obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se a vencedora da concorrência para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada.

A análise deste processo deve basear-se no Ato Normativo nº 01, de 2007, e na Recomendação nº 01, de 2007, desta Comissão. Verificada a documentação, constatamos que foram atendidos todos os critérios exigidos por estes diplomas regulamentares.

O ato de outorga obedece aos princípios de constitucionalidade, especialmente no que se refere aos artigos 220 a 223 da Constituição Federal, e atende às formalidades legais, motivos pelos quais somos pela homologação do ato do Poder Executivo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo que ora apresentamos.

Sala da Comissão, em 26 de agosto de 2008.

**Deputada LUIZA ERUNDINA**

Relatora

### **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2008**

Aprova o ato que outorga permissão à Sistema Beija Flor de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Milhã, Estado do Ceará.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º É aprovado o ato constante da Portaria nº 546, de 13 de setembro de 2006, que outorga permissão à Sistema Beija Flor de Radiodifusão

Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Milhã, Estado do Ceará.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 26 de agosto de 2008.

**Deputada LUIZA ERUNDINA**

Relatora

### **III - PARECER DA COMISSÃO**

A Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou unanimemente o parecer favorável da Relatora, Deputada Luiza Erundina, à TVR nº 816/2008, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo que apresenta.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Walter Pinheiro - Presidente, Ratinho Junior, Bilac Pinto e Paulo Roberto - Vice-Presidentes, Abelardo Camarinha, Ariosto Holanda, Cristiano Matheus, Dr. Adilson Soares, Edigar Mão Branca, Elismar Prado, Emanuel Fernandes, Eunício Oliveira, Gustavo Fruet, Iriny Lopes, Jorge Bittar, Jorge Tadeu Mudalen, Jorginho Maluly, José Chaves, José Rocha, Julio Semeghini, Luiza Erundina, Manoel Salviano, Miro Teixeira, Nelson Meurer, Nelson Proença, Nilson Pinto, Rodrigo Rollemberg, Sandes Júnior, Silas Câmara, Ana Arraes, Angela Amin, Carlos Brandão, Colbert Martins, Fernando Ferro, Frank Aguiar, Júlio Cesar, Nazareno Fonteles, Rafael Guerra, Veloso e Waldir Maranhão.

Sala da Comissão, em 5 de novembro de 2008.

**Deputado RATINHO JUNIOR**

Presidente em exercício

### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA**

#### **I – RELATÓRIO**

Trata-se de Projeto de Decreto Legislativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, que aprova o ato a

que se refere a Portaria nº 546, de 13 de setembro de 2006, que outorga permissão à Sistema Beija Flor de Radiodifusão Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Milhã, Estado do Ceará.

De competência conclusiva das comissões, o ato normativo, emanado do Poder Executivo, foi apreciado, primeiramente, no mérito, pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, que aprovou parecer favorável, apresentando o Projeto de Decreto Legislativo em epígrafe.

É o relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

Conforme determina o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 32, IV, a), cumpre que esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronuncie acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição em análise.

A proposição atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da nossa Lei Maior.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o Projeto de Decreto Legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 109 do Regimento Interno.

Obedecidos os requisitos constitucionais formais, podemos constatar que o projeto em exame não contraria preceitos ou princípios da Constituição em vigor, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

A técnica legislativa e a redação empregadas parecem adequadas, conformando-se perfeitamente às normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 107, de 2001.

Isto posto, nada mais havendo que possa obstar sua tramitação nesta Casa, nosso voto é no sentido da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.107, de 2008.

Sala da Comissão, em 02 de Dezembro de 2008.

Deputado LEO ALCÂNTARA  
Relator

### **III - PARECER DA COMISSÃO**

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.107/2008, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Leo Alcântara.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Eduardo Cunha - Presidente, Regis de Oliveira, Maurício Quintella Lessa e João Campos - Vice-Presidentes, Antonio Carlos Biscaia, Arolde de Oliveira, Augusto Farias, Bonifácio de Andrada, Cândido Vaccarezza, Edmar Moreira, Fábio Ramalho, Felipe Maia, Flávio Dino, Francisco Tenorio, Geraldo Pudim, Gerson Peres, José Eduardo Cardozo, José Genoíno, Magela, Marcelo Itagiba, Marcelo Ortiz, Mauro Benevides, Mendonça Prado, Moreira Mendes, Neucimar Fraga, Pastor Pedro Ribeiro, Roberto Magalhães, Sandra Rosado, Sérgio Barradas Carneiro, Vilson Covatti, Zenaldo Coutinho, Alexandre Silveira, Antônio Carlos Biffi, Antonio Carlos Magalhães Neto, Arnaldo Faria de Sá, Bernardo Ariston, Carlos Alberto Leréia, Chico Lopes, Colbert Martins, Dilceu Sperafico, Domingos Dutra, Edmilson Valentim, Eduardo Valverde, Hugo Leal, Jaime Martins, João Magalhães, Jorginho Maluly, Luiz Couto, Márcio França, Odílio Balbinotti, Ricardo Barros e William Woo.

Sala da Comissão, em 9 de dezembro de 2008.

Deputado EDUARDO CUNHA  
Presidente

|                         |
|-------------------------|
| <b>FIM DO DOCUMENTO</b> |
|-------------------------|